

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.081 - SP (2019/0078621-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : IBQ COMERCIO MINERAL EIRELI
AGRAVANTE : ROBERTO KIOCHI TAKIKAWA
ADVOGADO : MÁRIO SEBASTIÃO CÉSAR SANTOS DO PRADO - SP196714
AGRAVADO : LOCALIZA RENT A CAR S/A
ADVOGADO : RENATO PENIDO DE AZEREDO E OUTRO(S) - MG083042

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO FORMULADO POR PESSOAS JURÍDICA E FÍSICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. SÚMULA 481/STJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO NA HIPÓTESE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 3. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO REALIZADO NO CURSO DA DEMANDA. DEFERIMENTO QUE NÃO POSSUI EFEITO RETROATIVO. 4. PEDIDO DE PARCELAMENTO E REDUÇÃO DAS CUSTAS. FALTA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por IBQ Comércio Mineral Eireli e outro contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 20):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Embargos à execução - Pretensão à gratuidade da justiça ou ao diferimento do recolhimento das custas - Indeferimento à pessoa jurídica e seu sócio - Impossibilidade de arcar com os encargos processuais que deve ser efetivamente demonstrada - Inteligência do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal c.c. art. 5º, "caput", da Lei Estadual nº 11.608/03 - Ausência de comprovação, por meio idôneo, da hipossuficiência econômica alegada - Elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício - Indeferimento correto - Parcelamento das custas e despesas processuais - Impossibilidade de apreciação, sob pena de supressão de instância - Decisão mantida - Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegaram violação aos arts.

98, 141, 371 e 489, § 1º, II e IV, do CPC/2015, sustentando a concessão dos benefícios da gratuidade processual, tendo em vista que passam por dificuldades financeiras, reflexo direto do seu faturamento e, no momento, encontram-se na condição de hipossuficientes. Pugnaram ainda, de forma sucessiva, o parcelamento das despesas iniciais a fim de garantir seu direito à ampla defesa.

Além disso, aduziram a falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca da validade do prosseguimento da execução, apesar de estarem em recuperação judicial.

As contrarrazões não foram apresentadas - fl. 38 (e-STJ).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa ao art. 489 do CPC/2015, bem como pela ausência de vulneração aos dispositivos tidos por violados e pela incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Observa-se que os dispositivos legais apontados pelos recorrentes – arts. 141, 371 e 489 do CPC/2015 – não foram enfrentados pelo acórdão impugnado, tampouco foram opostos embargos de declaração quanto a esse ponto. Para que se atenda ao requisito do prequestionamento, é necessária a efetiva discussão do tema pelo Tribunal de origem, ainda que em embargos de declaração, o que, na espécie, não ocorreu. Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ressalte-se que o entendimento jurisprudencial desta Corte é de que se têm como prequestionados os dispositivos legais de forma implícita, ou seja, ainda que não referidos diretamente, quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.

No mais, dispõe a Súmula 481/STJ que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

Na hipótese, a Corte estadual, analisando detidamente o acervo fático-probatório do respectivo feito, assentou não fazer jus aos agravantes à gratuidade de justiça, porquanto ausentes provas suficientes a evidenciarem a imprescindível

hipossuficiência.

Essa é a conclusão que se extrai dos trechos subsecutivos do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 21-23):

Conforme se infere dos autos eletrônicos na origem, a agravada propôs contra os agravantes ação de título extrajudicial fundada em instrumento particular de confissão de dívida, visando o recebimento da quantia de R\$ 11.711,62.

Ressalta-se que os agravantes não fazem jus aos benefícios da justiça gratuita, eis que se trata de pessoa jurídica de direito privado, que tem por objeto social o "comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis" (fls. 9 da origem) e de seu único sócio, que é empresário (fls. 1 dos embargos). Ambos estão representados por advogados constituídos.

Note-se que a cópia da última declaração de imposto de renda do coagravante Roberto, referente ao exercício de 2016, revela rendimentos tributáveis no valor de R\$ 97.400,00, pagamento de R\$ 75.000,00 a título de pensão alimentícia e R\$ 100.000,00 em cotas de capital social da empresa coexecutada (fls. 86/92 dos embargos), pelo que não pode ser considerado pobre na acepção jurídica do termo.

O balancete da empresa e os demais documentos apresentados (fls. 86/119 dos embargos) não demonstram a impossibilidade para arcar com o pagamento das custas e despesas processuais.

O presente recurso não foi instruído com cópias de extratos bancários dos agravantes e declaração de imposto de renda da pessoa jurídica a fim de se aferir a real necessidade da gratuidade pretendida, o que torna impossível a conclusão pelo deferimento do pedido.

Ademais, o fato de figurarem como executados em outras ações não demonstram a alegada insuficiência de recursos financeiros.

Salienta-se, ainda, que o valor atribuído à causa (R\$ 11.711,62) não se mostra elevado a ponto de acarretar um encargo insuportável com o pagamento da taxa judiciária.

Assim sendo, não há comprovação da hipossuficiência econômica dos recorrentes, ainda que momentânea, conforme expressamente exigem os artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal c.c. 5º, "caput", da Lei Estadual nº 11.608/03.

É bem verdade que a nossa legislação não distingue, para fins de concessão do benefício, entre pessoa física ou jurídica (CPC, artigo 98). Ambas, portanto, têm direito a essa benesse legal.

Todavia, a própria legislação exige que a parte comprove por meio idôneo sua hipossuficiência financeira, conforme artigo 5º, LXXIV da CF, e 5º "caput" da Lei Estadual nº 11.608/03.

O entendimento jurisprudencial nesse sentido já foi, inclusive, consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça por meio da Súmula nº 481 editada nos seguintes termos: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

Não se nega que pela expressa redação do novo estatuto processual, a

assistência do requerente, por advogado particular, não impede a concessão de gratuidade da justiça. Entretanto, tal fato somado a outros colhidos do próprio recurso evidenciam a ausência dos pressupostos legais para a concessão do benefício.

A mera alegação de insuficiência econômica não é suficiente, por si só, para a obtenção da gratuidade pretendida.

Nesse sentido, anota-se que a presunção prevista no artigo 99, § 3º, do novo Código de Processo Civil é relativa, e cede às evidências.

O benefício pleiteado não se afigura absoluto, possibilitando assim ao Magistrado indeferi-lo quando tiver fundadas razões.

Logo, não há como alterar a convicção formada pelo TJSP (acerca da não comprovação da hipossuficiência indispensável ao deferimento da gratuidade de justiça aos agravantes), sem que se proceda ao reexame do acervo fático-probatório do presente processo, o que não se admite nesta instância extraordinária, em razão do disposto na Súmula 7/STJ.

Importante ressaltar que, quanto ao pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, embora a parte possa fazê-lo a qualquer tempo, tendo como justificativa sua condição econômico-financeira, não mudaria a conclusão a que chegou a Corte estadual. Isso porque, segundo o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o qual continua sendo plenamente aplicado, a concessão do benefício somente produzirá efeitos quanto aos atos processuais relacionados ao momento do pedido, ou posteriores a ele, não sendo admitida, portanto, sua retroatividade.

Assim, não há falar em retroatividade da gratuidade de justiça, dado que os efeitos da concessão do pedido são *ex nunc*, é dizer, somente se aplicam às despesas processuais vindouras.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. DIFERIMENTO DAS CUSTAS. PREVISÃO LEGISLATIVA ESTADUAL QUE NÃO ABARCA TAXAS FEDERAIS. ISENÇÃO HETERÔNOMA. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EFEITOS *EX NUNC*. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. Vigora no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a

eventual concessão da benesse opera efeitos *ex nunc*, não podendo retroagir à data de interposição do recurso especial. Assim, eventual deferimento do pedido somente passaria a vigorar a partir do momento em que expressamente concedida por este juízo.

4. Não há que se falar em concessão de prazo para a regularização das custas não recolhidas oportunamente, porquanto a medida não abarca os casos em que absolutamente ausente o pagamento do preparo recursal, tal como se verifica na hipótese vertente.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.018.987/SP, Rel. Ministro **SÉRGIO KUKINA**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 8/8/2018)

Em relação ao pedido de parcelamento das custas, o Tribunal de origem asseverou o seguinte (e-STJ, fl. 25):

Por fim, em relação ao pedido de parcelamento das custas e despesas processuais formulado a fls. 07, não há como concedê-lo em grau de recurso, sob pena de supressão de instância, eis que inexistente qualquer demonstração de que os agravantes o requereram ao MM. Juízo "a quo", de modo que não houve qualquer apreciação nesse sentido. Assim, a decisão agravada se mostra correta, devendo ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Nesse contexto, verifica-se que esses fundamentos não foram objeto de impugnação nas razões do recurso especial, e a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator